Coordenação Nacional de Lutas - Fenajufe

Jornal do Judiciário

SINTRAJUD nossa luta faz acontecer

Sexta-feira, 21 de agosto de 2009 - Número 355 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Reunião da Fenajufe abandona a luta pelo Plano de Carreira



Renato Araújo

Acima delegação de São Paulo que votou em defesa do Plano de Carreira, Cargos e Salários, uma reinvindicação histórica da categoria - **Página 03**

Dia 14

Servidores realizam atos nos tribunais no Dia Nacional de Luta

Na Av. Paulista trabalhadores reivindicam emprego, salário e direitos e exigem "Fora Sarney" - **Página 04**



Veja a tabela com o resultado do VI Futebol do Sintrajud no site www.sintrajud.org.br



Opinião do Sintrajud

A nossa luta vai continuar

A construção da proposta de plano de carreira defendida pela categoria não começou ontem. Faz parte da história da organização sindical dos trabalhadores do Judiciário Federal.

O formato final da proposta foi aprovado na plenária estatutária da Fenajufe, ocorrida em junho, em Manaus, por consenso entre os participantes do principal fórum de decisão nacional da categoria após o seu congresso. No primeiro semestre de 2007, no Congresso de Gramado da Fenajufe, decidimos dar prioridade a esta trabalhosa e difícil tarefa.

Ao longo destes mais de dois anos não é fácil calcular quantas reuniões, assembléias, seminários e outras atividades foram realizados pelo país afora até chegarmos ao consenso de Manaus.

Esta empreitada consumiu com certeza algumas milhares de horas de centenas ou milhares de servidores.

Não custa perguntar: quantos minutos os dois representantes da categoria na Comissão Interdisciplinar do STF, o da Fenajufe e o do Sindjus-DF, terão gastos na última reunião deste fórum para decidir e dizer aos representantes dos tribunais que abriam mão da proposta de carreira dos servidores? 15 minutos? Quem sabe 5 ou 10?

A pergunta e a comparação nos mostram o quanto é absurdo que duas pessoas decidam desta forma sobre uma questão que envolve a vida de mais de 80 mil trabalhadores e trabalhadoras no país.

O que acaba de ocorrer em nossa federação (Fenajufe), que numa reunião ampliada nacional decidiu arquivar uma luta e um trabalho construído por dois anos nos fóruns democráticos da categoria, não encontra paralelo na história de luta desta entidade.

É grave o fato de o setor majoritário na direção da federação, que tem estreitos laços com o governo Lula, indicar à categoria um caminho no qual ela, antes de iniciar a mobilização e as negociações, abre mão de uma reivindicação legítima e construída com muito esforço.

É grave o fato de a direção de nossa federação ter passado por cima das decisões de instâncias políticas legítimas, democráticas e superiores de nossa categoria, como o congresso nacional (Congrejufe), a plenária estatutária e as assembléias nos estados.

O SINTRAJUD CONVOCARÁ A MOBILIZAÇÃO PARA DEFENDER AS PROPOSTAS DOS SERVIDORES E EXIGIR QUE AS DECISÕES DA CATEGORIA SEJAM RESPEITADAS

O plano de carreira, que também traz consigo uma (melhor) tabela salarial, nos remete a questões fundamentais de nossa vida profissional. É lamentável que se abra mão dele em troca de uma proposta de revisão salarial, baseada em gratificações, tão ou mais incerta e sabe-se lá a que preço.

O Sintrajud defenderá a mobilização em defesa das reivindicações históricas da categoria, como a prioridade para o vencimento básico e não para as gratificações, comissões e FCs, o combate às terceirizações, o fim do nepotismo, dos desvios de função, do assédio moral, do desrespeito aos trabalhadores, pela redução da jornada sem redução salarial, pela paridade entre ativos e aposentados, etc.

Ao construir esta mobilização pavimentamos o caminho para que não mais sindicalistas ligados a governos entreguem desta forma os direitos e as lutas da categoria.

Idéias

O Socialismo do Século XXI

Elizaldo Veríssimo*

Há vários anos o Sintrajud vem tentando implementar um Plano de Carreira que corrija as distorções dos PCSs, a ausência da data base constitucional e os efeitos corrosivos das terceirizações. Um Plano de Carreira é, sobretudo, a garantia de uma vida funcional sem sobressaltos, ao contrário dos PCSs, que são medidas estanques, atualizadoras apenas da tabela salarial. A diferença crucial entre os dois, portanto, é sua preocupação com o futuro do servidor, de sua vida profissional.

Um plano que reduz o salário-base, que cria uma gratificação de desempenho, que não é, a rigor, um plano de carreira, que deteriora a função pública, que abre as portas de vez à terceirização não é mero acaso. E, no entanto, é uma manobra eivada da mais absoluta imoralidade, mas também de ilegalidade. Porque as instâncias deliberativas da federação e do sindicato são, pela ordem, se não me equivoco, o congresso, o conselho de base, a plenária, a assembléia, a diretoria colegiada. Veja-se que a diretoria é a mais baixa instância e, contudo, foi nela que se aprovou, em Brasília, o desmonte do Plano de Carreira, construído pelos servidores, decisão referendada numa plenária que não tinha legitimidade para isso.

Não creio que isso seja apenas um equívoco do campo majoritário da federação. É evidente que ela é mais um passo na privatização do Estado, conseguida, durante o governo Lula, com o apoio de sindicalistas, cooptados, como o próprio Lula, no balcão de negócios que é o Estado brasileiro.

A terceirização é a outra ponta do processo. A FGV é uma das instituições mais procuradas para reestruturar o serviço público com o objetivo de reduzir custos. É uma instituição "séria" e está fazendo um trabalho "sério" em todos os tribunais do país. Como fez no Senado, onde, em seu relatório final, sugere demissão dos servidores de carreira e se mantenham os apaniguados políticos. E onde for necessário, terceirize-se. Seríssimo trabalho.

Não sei se foi deles a sugestão de enviar os agentes de segurança aos cartórios e terceirizar esse serviço no TRE. De qualquer modo, não consigo ver onde há economia, já que pagamos duas vezes pelo mesmo trabalho. Enfim, a modernização do Estado, perpetrada pelos "trabalhadores" do PT e pelos aristocratas do PSDB tem um sentido que eu compreendo bem: quem vai gerir o dinheiro público é o capital, afinal, trabalhadores não entendem mesmo dessas coisas e o povo entende menos ainda.

**** Elizaldo Veríssimo é servidor do TRE e ex-diretor do Sintrajud***

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

Frases

De Hoje:

"O PT rasgou a página fundamental de sua constituição, que é a ética", senador **Flávio Arns (PT-PR)** sobre o arquivamento de acusações contra Sarney no Conselho de Ética, com apoio do PT.

"Entre os princípios fundamentais da Constituição estão o sistema democrático e a separação dos poderes. A organização dos poderes não é princípio fundamental", jurista **Dalmo Dallari**, em defesa da extinção do Senado

De Ontem:

"A percepção do desconhecido é a mais fascinante das experiências. O homem que não tem os olhos abertos para o misterioso passará pela vida sem ver nada." **Albert Einstein**

Edital de Convocação

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto da entidade faz saber que realizará Assembléia Geral Extraordinária, dia 29 de agosto de 2009 (SÁBADO), às 16h, em primeira convocação. Local: No auditório do Sintrajud/SP (R: Antonio de Godoy, 88 – 15ª andar)

PAUTA:

1.Campanha Salarial 2009;
a)Informes da Reunião Ampliada da Fenajufe;
b)Apreciação da resolução da Ampliada que alterou a nossa pauta de reivindicações;
c)Preparação do dia Nacional de Luta (10/09/09);
d)Eleição de delegados para Reunião Ampliada da Fenajufe do dia 12/09/09.

2.Consulta sobre a cobrança dos honorários dos 11,98%;

3.Campanha contra a atitude arbitrária do TRE em remover o diretor Démerson Dias do seu local de trabalho;

4. Outros Assuntos.

São Paulo, 19 de agosto de 2009.

Leica Claudio Silva
Coordenadora Geral

Ana Luiza de Figueiredo Gomes
Coordenadora Executiva

Carreira

Reunião da Fenajufe abandona a luta pelo Plano de Carreira, Cargos e Salários

A proposta do setor majoritário na direção da Fenajufe, aprovada na reunião ampliada, passa por cima das decisões do congresso e da plenária


Renato Araújo

Delegação do Sintrajud defendeu a proposta de Plano de Carreira dos servidores

Após dois anos de debate, o setor majoritário da Fenajuife decidiu, na última reunião ampliada, realizada nos dias 15 e 16 de agosto, abandonar a luta pelo Plano de Carreira, Cargos e Salários aprovado pelos servidores e priorizar a luta por uma revisão salarial, que deixa em segundo plano reivindicações históricas dos trabalhadores.

O Sintrajud enviou 14 delegados e cinco observadores para a reunião ampliada e a delegação do Sintrajud votou pela manutenção do texto que foi aprovado pelos servidores na Plenária Nacional da Fenajufe realizada em junho, em Manaus.

Apesar de não ter acordo com a proposta aprovada, o Sindicato vai continuar a mobilização para que a tabela de referência seja a dos servidores e itens como o combate ao assédio moral e a valorização do vencimento básico também sejam contemplados.

Os dois dias foram marcados por intenso debate entre os servidores, que criticaram duramente os dois representantes da categoria na Comissão Interdisciplinar criada pelo STF para tratar do Plano de Carreira, Ramiro Lopez (Fenajufe) e Roberto Policarpo (Sindjus/DF).

Para Klein os representantes dos trabalhadores não poderiam ter fechado uma proposta de consenso com a Comissão Interdisciplinar contrária ao que tinha sido aprovado na plenária nacional da categoria. Ele lembrou também que a proposta de Plano de Carreira, Cargos e Salários foi amplamente debatida entre os servidores de todo país e que deveria ter sido defendida, intransigentemente, pelos dois representantes.

Ramiro e Policarpo ainda tentaram se explicar diante dos servidores, entretanto, entraram em contradição. O primeiro disse que em momento algum eles teriam apoiado a proposta da Comissão, em contrapartida ao projeto apresentado pelos diretores-gerais dos tribunais superiores. Mas, o segundo alegou que se isso não fosse feito, isto é, apoiar a proposta da Comissão, o projeto dos diretores-gerais, que inclui a gratificação por desempenho, ficaria sendo o único na pauta de discussão.

"Luta pela carreira foi resolução da categoria"

Nos debates travados no primeiro dia da reunião ampliada, no sábado, foram muitos os servidores que se pronunciaram a favor do Plano de Carreira.

Quem defendia a proposta do setor majoritário, de deixar a carreira para depois, alegava que não havia tempo hábil para aprová-la no Congresso Nacional e que é preciso amadurecer algo consensual na categoria sobre o tema.

A proposta de carreira, no entanto, fora finalizada em junho por consenso na plenária nacional de Manaus. Sobre a questão do tempo, os defensores da resolução da plenária rebatiam dizendo que o mais complicado de se aprovar em qualquer projeto de lei é a parte que envolve recursos orçamentários, e não as demais. "Não estamos defendendo aqui uma proposta de um grupo, estamos defendendo uma resolução de nosso congresso [em Gramado], que aprovou a unificação da luta pela valorização da Carreira e do salário base", disse Ana Luiza Gomes, diretora do Sintrajud e servidora do TRF de São Paulo.

"Vamos construir as mobilizações"

Os delegados que defenderam o respeito à proposta de Plano de Carreira da categoria, como propôs o movimento Luta Fenajufe, lamentaram a decisão, mas reafirmaram, ao término da plenária, que convocarão a categoria para construir as mobilizações - não só pela revisão salarial, mas também por propostas que resgatem aspectos relevantes que estavam no plano de carreira, como o combate ao assédio moral e a defesa da valorização do vencimento base e não de gratificações e funções comissionadas.

"Vamos convocar a categoria para luta. Isso não se esgota nessa votação que foi perdida, ela reforça a necessidade de unidade na mobilização para reverter esse quadro", afirmou Paulo Rios, diretor do sindicato do Maranhão.

O Sintrajud vai continuar a mobilização para que os direitos dos trabalhadores sejam garantidos. O próximo passo nesta direção é a realização da assembléia geral, dia 29/08, às 16h, na sede do Sindicato. Na assembléia, serão passados os informes da reunião ampliada e preparadas manifestações do Dia Nacional de Luta, marcado para 10 de setembro.

Veja a íntegra da resolução da reunião ampliada da Fenajufe

- Garantir a revisão salarial e a continuidade do debate sobre a carreira.

- Rechaçar a proposta dos Diretores Gerais, em especial a gratificação de desempenho, pois vincula avaliação ao salário e quebra a paridade entre ativos e aposentados.

- Defesa da paridade.

- Diminuir a diferença salarial atual entre os cargos [auxiliares, técnicos e analistas], tendo como parâmetro a tabela da Fenajufe.

- Priorizar o incremento do vencimento básico em relação a gratificações.

- Manter o pagamento da GAS e da GAE, inclusive cumulativamente com a GR, se a mesma for criada.

- Questionar o aumento dos CJs.

- Defender a composição paritária do Conselho Consultivo, explicitar atribuições que garantam o estudo e a elaboração de propostas para qualificar a carreira e garantir na lei prazo para sua implantação.

- Reenquadramento dos auxiliares judiciários.

- Criação dos cargos de Oficial de Justiça, Agente de Segurança e Inspetor de Segurança.

- Rejeitar quaisquer propostas que tragam perda de direitos.

- Convocação de nova Reunião Ampliada da Fenajufe, imediatamente após novo posicionamento dos Tribunais sobre o projeto, bem como envio imediato do mesmo ao Congresso Nacional.

- Independentemente do encaminhamento de projeto salarial, que os sindicatos divulguem e aprofundem o debate na base sobre a proposta de carreira da Fenajufe, e que no Congresso Nacional de Fortaleza atualizemos o debate e a proposta de Plano de Carreira, e sejam definidos os encaminhamentos necessários".

Gratificação de Desempenho

Quebra a paridade entre ativos e aposentados, aumenta as gratificações em detrimento do salário base e inverte a composição atual dos vencimentos. Além disso, aumentará o assédio moral, pois o tribunal poderá impor metas absurdas aos servidores.

Veja estudo completo do coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud, Washington Lima, em www.sintrajud.org.br

Dia de protestos

Ato na Paulista denuncia corrupção no Senado e defende empregos e direitos

Manifestação foi convocada pela Conlutas, Intersindical, CUT e Força Sindical, além de entidades do movimento estudantil e popular

Cerca de 4 mil pessoas estiveram, na sexta-feira, dia 14, na Av. Paulista em ato em defesa do emprego, redução da jornada de trabalho e contra a corrupção.

A Conlutas exigiu o "Fora Sarney" e o "fim do Senado corrupto", e a quebra da patente do Tamiflú (remédio contra a gripe suína) e sua distribuição gratuita.

O protesto começou na Praça Osvaldo Cruz e foi até o vão do Masp. Em frente à Petrobras foram levantadas as bandeiras da campanha "O petróleo é nosso", por uma empresa 100% estatal.

Representando a Conlutas - SP Geraldo Correa, o Gegê, da Apeoesp, criticou a política do governo federal. "Nós da Conlutas acreditamos que não basta o fora Sarney, é preciso exigir o fim do Senado e uma Câmara Única". Ele afirmou que os trabalhadores não devem pagar pela crise e, ao final, mostrou sua solidariedade ao povo hondurenho e contra o golpe militar.

Para o dirigente da Intersindical Edson Carneiro, é preciso defender a redução da jornada de trabalho de 44h para 40h semanais sem redução do salário, contra a política neoliberal e a crise econômica.

ATOS NOS TRIBUNAIS

No mesmo dia, servidores do TRT, TRF e TRE se manifestaram em defesa do Plano de Carreira, Cargos e Salários aprovado na Plenária da Fenajufe, ocorrida em junho, em Manaus (AM).

Nos três tribunais, a proposta de Gratificação por Desempenho (GD) apresentada pelos Diretores Gerais (DGs) e pela Comissão Interdisciplinar foi rejeitada.

Entre as preocupações apresentadas estão a quebra da paridade entre ativos e aposentados, o aumento dos valores das gratificações em detrimento do salário base e a inversão da composição atual dos vencimentos (66,67% de salário-base e 33,33% de gratificações). "Com a Gratificação por Desempenho essa lógica será invertida", disse a diretora do Sintrajud Maria Cecília, servidora do TRE.



Wladimir Aguiar

Manifestantes exigiram "Fora Sarney"

TRT


Jesus Carlos

No Fórum da Barra Funda, a utilização de aparelho de som foi proibida pela presidência do tribunal. Mesmo assim a manifestação ocorreu.

"Exigimos as correções no salário base, um projeto de carreira com critérios objetivos de ascensão funcional e estabilidade no emprego", afirmou a diretora do Sintrajud Ana Luiza Figueiredo.

TRE

No TRE, além do ato, assembléia reafirmou a proposta de Plano de Carreira do Sintrajud e elegeu cinco servidores que representarão a categoria na plenária da CNESF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais).

O diretor do Sintrajud Cláudio Soares lembrou o ataque que o diretor Démerson Dias está sofrendo por parte do TRE.

AÇÕES JUDICIAIS

Ao final, foi aprovado o ingresso das seguintes ações judiciais aos sócios da entidade: isenção do IR sobre abono de permanência e auxílio creche e escolar; paridade aos aposentados por invalidez; cobrança de horas extras; um mandado de injunção pedindo a revisão geral da remuneração (que é artigo Constitucional) e uma ação para impedir as administrações de extinguirem, por atos administrativos, cargos criados por lei.

TRF


Wladimir Aguiar

No ato do TRF, o diretor do Sintrajud Cleber Aguiar ressaltou a mobilização da categoria para garantir as reivindicações e lembrou que todas as conquistas dos servidores vieram com muita luta.

Ao final, foi aprovada a continuidade da mobilização.

TEATRO



Jesus Carlos

No TRE, a manifestação começou com a performance "Uma jornada de humilhações" do grupo de teatro do Sintrajud, o Erga Omnes, formado por servidores.

A peça retratou o cotidiano dos tribunais, o assédio moral, a perseguição. E como o uso das Funções Comissionadas pode ser ruim para a categoria.

PLANO DE TELEFONIA CLARO COM VANTAGENS PARA SÓCIOS

- Plano mensal por R$ 33,00, que dão direito a 100 minutos em ligações locais ou o equivalente em outros serviços.

- R$ 0,15 por minuto (inclusive excedente nas ligações para fixo ou celulares (de qualquer operadora) do mesmo DDD.

- Tarifa Zero: Ao aderir, o servidor terá direito a 2.000 minutos por mês para ligações entre aparelhos do Plano.

- Não há custo para receber ligações estando em outro DDD. As ligações locais em outro DDD integram a franquia excedente a R$ 0,15/minuto.

- O custo de cada mensagem SMS é de 0,30.

Os interessados devem entrar em contato com o Departamento Sociocultural das 12h às 18h, (11) 3222-5833.

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP cep11040-090 - e-mail:sintrajudsantos@uol.com.br - tel.(13)32383807/ **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Gustavo Ferreira **Tiragem:** 13.000